Choque de eficiência
Sergio Adeodato

Poupar energia não costuma ser o ponto forte de um país como o Brasil, com economia em crescimento e fartura de rios para hidrelétricas. O padrão começou a mudar quando a crise gerada pelo apagão de 2001, resultado da seca que esvaziou reservatórios, acendeu a luz vermelha para os riscos do consumo desmedido. O alerta, hoje estratégico para a competitividade no cenário de mudanças climáticas, mobiliza governo e empresas.

Um plano nacional de eficiência energética recebe os últimos ajustes do Ministério de Minas e Energia (MME) para lançamento nas próximas semanas, prevendo incentivos financeiros e outros subsídios para o setor sair da inércia. "A meta é atingir em 2030 economia de 106 Twh/ano, equivalente à geração de uma usina de Itaipu", anuncia Hamilton Moss de Souza, diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético do MME.

"A partir das diretrizes do documento, o próximo passo é o detalhamento de ações e responsabilidades", acrescenta Souza. Ele avalia que o processo de consulta pública, concluído em janeiro, gerou alto grau de comprometimento. "O plano integrará esforços já existentes para priorizar atividades, alocar recursos e abrir novas janelas de oportunidades", explica o diretor. Deverão ser ampliadas iniciativas que nos últimos anos surtiram efeito positivo, como o Procel (Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica), que diferencia eletrodomésticos mais eficientes. "Com planejamento, os recursos podem vir com maior velocidade e abrangência."

"Medidas são urgentes contra o desperdício de eletricidade, responsável por perdas de R$ 12 bilhões por ano no Brasil", adverte José Starosta, presidente da Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia (Abesco). A entidade reclama do governo metas mais ambiciosas. A economia projetada no plano em fase final de redação é quatro vezes inferior ao que as empresas se propõem a realizar. "O atual prejuízo resulta da falta de legislação e incentivo", afirma Starosta, acrescentando que "é necessário criar mecanismos para aumentar a eficiência na prática e definir como a conta será paga".

A contar pelos empreendimentos já implantados no país, há viabilidade para uma economia energética de 11%, o que significa 46 Twh por ano, igual ao consumo anual da capital paulista. Com base em dados da Abesco, esse nível de economia seria alcançado mediante investimento de R$ 60 bilhões em três anos. "No entanto, faltam modelos de crédito compatíveis com o setor", afirma Armando Ricardi presidente do conselho da entidade. O BNDES reconhece que o volume de financiamento já liberado para projetos de eficiência energética, no total de R$ 33,4 milhões, está abaixo das expectativas. A linha de apoio está sendo reformulada para ter maior capilaridade e agilidade.

No conceito de "geração virtual", a economia no uso permite "sobras" de energia que podem ser incorporadas por outras atividades. "Falta suprimento para bancar o crescimento econômico e não dá para contar apenas com hidrelétricas", enfatiza Ricardi. No caso das fontes tradicionais, o custo para se colocar 1 MWh a mais no mercado é de R$ 138 - o dobro do necessário para mesma geração via eficiência energética, que deixa de ser algo periférico e tende a incorporar os benefícios já existentes no mercado de energia eólica e biomassa.

O plano do governo prevê medidas de economia no setor público, hoje responsável por cerca de 40% do desperdício de energia no país - espaço a ser explorado pelo negócio da eficiência energética, que movimenta R$ 1,5 bilhão por ano. As empresas do segmento faturam conforme a economia que proporcionam no consumo dos clientes.

"A principal barreira é a Lei Federal 8666, sobre licitações, que precisa ser revisada para permitir contratos remunerados por desempenho", afirma o deputado federal Arnaldo Jardim (PPS-SP), que lidera o debate sobre o tema no Congresso Nacional. "O novo plano do governo deve ser descentralizado nos municípios e nas ações locais das concessionárias de energia", propõe. Hoje as distribuidoras são obrigadas por lei a aplicar 1% do faturamento líquido no uso racional. "A redução do desperdício poderá chegar a R$ 83 bilhões até 2030, com corte de 25

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.

milhões de toneladas de carbono", diz Jardim, citando estudo da Confederação Nacional da Indústria.

O setor industrial absorve 43,7% da energia elétrica brasileira e medidas regulatórias estão por vir. A Cetesb, agência ambiental paulista, estuda exigir projetos de eficiência para renovação das licenças. "O item já entra na classificação de risco dos bancos", revela Rodrigo Aguiar, da AGES Consultoria, que pilota um programa nacional para modernização e melhoria do consumo em redes hoteleiras, envolvendo investimentos de R$ 500 milhões.

"Se o Brasil relegar o assunto a segundo plano, acomodando-se com a disponibilidade hídrica, perderá oportunidades, com risco de problemas no futuro", adverte Marco Antonio Saidel, da Escola Politécnica da USP, um dos especialistas que contribuíram para elaborar o plano nacional.

Padrão brasileiro conquista o mercado da AL
Sergio Adeodato

Diante dos apelos ambientais, a eficiência energética tornou-se barreira não comercial à exportação de eletrodomésticos. "Estamos em franca vantagem competitiva nas vendas para o mercado da América Latina, onde vários países apertam as exigências e copiam a regulamentação brasileira e americana", revela Vanderlei Niehues, gerente de sustentabilidade da Whirlpool, dona das marcas Cônsul e Brastemp.

Nos últimos dez anos, informa o executivo, a empresa reduziu pela metade o consumo de energia dos produtos, principalmente refrigeradores, freezers e aparelhos de ar condicionado, seguindo critérios do Programa Brasileiro de Etiquetagem. "Quem não acompanha os padrões de eficiência está fora do jogo", aponta Niehues.

A produção nacional encontra mais espaço nos mercados emergentes do que eletrodomésticos do México e da China, por exemplo, onde as normas são mais frouxas. Chile, Peru e Colômbia começam a adotar novos índices de eficiência energética e a tendência, segundo o executivo, é o cenário se replicar por conta das questões climáticas e do maior acesso da população a bens de consumo.

Estudos sobre o ciclo de vida dos eletrodomésticos, desde a obtenção de matérias-primas até o transporte e descarte, mostraram que 80% da pegada de carbono está no uso do aparelho e não em sua fabricação. "O consumo de energia representa 90% desses impactos", afirma Niehues.

"No mercado interno, o desafio é levar a sustentabilidade para eletrodomésticos de menor valor agregado, focados no consumidor de baixa renda", ressalta o executivo. O centro das atenções está no atendimento dos programas regionais conduzidos pelas concessionárias de energia elétrica para substituição de geladeiras antigas por modelos novos mais eficientes. Hoje, 3% das vendas da empresa destinam-se a esse mercado. A meta é no próximo ano atingir 5% e expandir a comercialização de produtos mais baratos também no varejo, o que refletirá em economia na conta de energia para a camada da população que recentemente entrou para o mercado de consumo. De acordo com dados do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica, os refrigeradores atuais consomem 60% menos eletricidade que há dez anos, representando uma economia acumulada de R$ 6 bilhões.

"O setor de refrigeração consome 15% da energia global e qualquer avanço em eficiência significa ganhos de mercado", explica Guilherme Lima, gerente de relações institucionais da Embraco, maior produtor mundial de compressores. "A questão climática caiu como uma luva para o negócio", admite o executivo. Novas tecnologias tornaram os compressores de geladeiras e ar condicionado quase 40% mais eficientes. A tendência é a maior escala reduzir custos e preços também no caso dos televisores com tecnologia LED, que consomem 40% menos energia.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.

"O mercado de iluminação pública é um filão", destaca Ricardo Mutuzoc, gerente de sustentabilidade da Philips, que planeja banir as lâmpadas incandescentes até meados do próximo ano. Dos 16 milhões de pontos de luz existentes nas cidades brasileiras, apenas 16% têm lâmpadas de vapor de sódio mais eficientes.

Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 25 ago. 2011, Especial Negócios Sustentáveis, p. F1.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais.